

**PRODUÇÃO DE DISCURSOS E DISPUTA POR LEGITIMIDADE
ENTRE MOVIMENTOS FACCIÓNAIS NO REINADO DE JUAN II
DE CASTELA**

**PRODUCTION OF DISCOURSES AND DISPUTE FOR LEGITIMACY
BETWEEN FACTIONAL MOVEMENTS IN THE REIGN OF JUAN II
OF CASTILE**

Lucas Werlang Girardi¹ 0000-0003-1353-3132

¹Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Vitória da Conquista, Brasil –
lucaswgirardi@hotmail.com

Resumo: O presente artigo deriva de pesquisa de doutorado concluída em 2023 e tem por objetivo apresentar uma análise dos discursos construídos pela e sobre a aristocracia castelhana no século XV, a partir de crônicas produzidas durante o reinado de Juan II, ou pouco após seu encerramento. Buscar-se-á demonstrar como certos elementos retóricos são constantemente mobilizados a fim de justificar as ações da aristocracia em conflito, ou para prejudicar a imagem de seus opositores, articulando noções de serviço ao rei e ao reino, liberdade e aprisionamento do rei, tirania e bem comum. Propõe-se que isto deve ser entendido considerando a organização da aristocracia em facções, formadas por meio de alianças e pactos diversos entre sujeitos e famílias com interesses comuns, que objetivavam a acumulação senhorial e a expansão de sua influência sobre a monarquia. Disto, tem-se um cenário de constantes conflitos e tensões no reino castelhano do século XV, envolvendo articulações entre a alta aristocracia, os concelhos e o próprio rei. Nesse sentido, nas diversas situações envolvendo disputas, também se articulavam discursos e justificativas para os movimentos realizados por cada facção, que, como se pretende sustentar, compunham a estratégia dos grupos aristocráticos, e buscavam conceder ou retirar legitimidade diante do reino.

Palavras-chave: reino de Castela; monarquia; aristocracia; faccionalismo; discursos.

Abstract: This article derives from doctoral research completed in 2023, and aims to present an analysis of the discourses constructed by and about the Castilian aristocracy in the 15th century, based on chronicles produced during the reign of Juan II, or shortly after its end. The aim will be to demonstrate how certain rhetorical elements are constantly mobilized in order to justify the actions of the aristocracy in conflict, or to damage the image of their opponents, articulating notions of service to the king and the kingdom, freedom and imprisonment of the king, tyranny and the common good. It is proposed that this should be understood considering the organization of the aristocracy into factions, formed through various alliances and pacts between individuals and families with common interests, which aimed at the accumulation of seigneurial wealth and the

**Produção de discursos e disputa por legitimidade entre movimentos faccionais
no reinado de Juan II de Castela**

Lucas Werlang Girardi

expansion of their influence over the monarchy. From this, we have a scenario of constant conflicts and tensions in the Castilian kingdom of the 15th century, involving articulations between the high aristocracy, the councils and the king himself. In this sense, in the various situations involving disputes, discourses and justifications were also articulated for the movements carried out by each faction, which, as it is intended to be argued, comprised the strategy of the aristocratic groups, and sought to grant or withdraw legitimacy before the kingdom.

Keywords: kingdom of Castile; monarchy; aristocracy; factionalism; discourses.

Introdução

Este artigo¹ tem por objetivo analisar a produção discursiva da aristocracia castelhana durante o reinado de Juan II, partindo da observação de crônicas do e sobre o período, percorrendo seus registros sobre cartas e embaixadas, transmitidas entre os diversos sujeitos e grupos de influência da época. Entende-se que a presença dessa comunicação é parte da estratégia política das facções aristocráticas para organizar a dominação social e garantir rendas do reino, ao construir legitimidade às suas articulações, favoráveis ou contrárias a outros grupos, e angariar, desta forma, apoios e alianças para suas causas.

Os registros históricos que dão testemunho do reino de Castela na primeira metade do século XV, período de governo de Juan II, estão preenchidos de disputas e tensões entre membros da aristocracia, principalmente de sua camada mais alta, mas também daquela relacionada aos representantes dos concelhos de vilas e cidades, além do próprio rei. Nas fontes selecionadas para este estudo – em que se priorizou algumas das crônicas produzidas na época e cujos autores buscavam relatar sobre o próprio tempo em que viveram –, encontram-se narrativas com intenções políticas explícitas, exatamente por tratar-se de um gênero que pretende recontar o passado com o objetivo de elaborar uma imagem sobre determinados personagens e eventos, e que apresentam, conjuntamente às disputas aristocráticas mencionadas, diversos argumentos com o intuito de justificar essas movimentações, de um ou outro grupo, em relação ao rei e ao reino. Neste sentido, identifica-se que as crônicas, enquanto fontes históricas, são relevantes tanto por

¹ O artigo deriva de pesquisa de doutorado e desenvolveu-se a partir de comunicação com o mesmo título, apresentada no XII Encontro Estadual de História da ANPUH-BA, em 2024.

**Produção de discursos e disputa por legitimidade entre movimentos faccionais
no reinado de Juan II de Castela**

Lucas Werlang Girardi

expressar certas percepções correntes no período de vivência de seus autores e de sua escrita, como por consolidar e transformar estas percepções a partir de sua escrita (FENTRESS; WICKHAM, 1992, p. 145-146; SPIEGEL, 1997, p. 24-25). Isto é, ao analisar a produção cronística, é possível perceber que suas narrativas por vezes repetem discursos que circulavam pelo reino – o que é manifesto principalmente quando, em princípio, transcrevem cartas completas, diretamente ou em paráfrase, para seus textos – , como também fazem parte da consolidação destes na memória social.

Concentrando-se nas justificativas e argumentos utilizados pelos cronistas, identifica-se que os grupos aristocráticos são relatados sob vieses distintos e descritos por juízos que variam de acordo com o posicionamento dos autores, assim como suas motivações são constantemente sugeridas. Isso está presente de forma muito evidente na obra de Fernán Pérez de Guzmán, em seu escrito intitulado *Generaciones y semblanzas*, obra composta de uma série de retratos biográficos de aristocratas que conviveram com o autor, e que, para este, possuem trajetórias consideradas relevantes para o reino. O próprio autor, aliás, foi um participante assíduo das disputas aristocráticas de seu tempo, tendo vínculos com vários dos sujeitos relatados e, conseqüentemente, uma escrita que demonstra sua parcialidade. De qualquer forma, tendo produzido esta obra provavelmente nos últimos anos de Juan II, ou pouco após o término de seu reinado, o autor parece ter o objetivo de estabelecer uma síntese que explicaria o porquê daquele governo ter convivido com a desordem. Com uma perspectiva sempre crítica, inclusive àqueles com quem se aliou ao longo da vida, Pérez de Guzmán aborda as dissensões entre grupos aristocráticos e suas motivações da seguinte forma:

toda a diferença de opiniões era esta: que o rei dizia que queria que sua pessoa fosse livre, e o rei de Navarra e o infante e aqueles grandes homens que seguiam sua opinião diziam que queriam a liberdade de sua pessoa junto com a liberdade de seu coração, que estava ou preso ou sujeito ao condestável, e que mostrando-se livre da opressão da vontade dele, e que como rei e senhor fosse comum a todos, eles ficariam contentes em se separar dele. Mas o rei dizia que estaria livre em sua vontade se eles o deixassem (PÉREZ DE GUZMÁN, 1998, p. 194, tradução do autor).

Certamente, as observações do autor não são consideradas o suficiente para a compreensão daquela realidade, entretanto, tem o potencial de levantar alguns pontos importantes para sua compreensão. A partir dela, será possível desdobrar três pontos

**Produção de discursos e disputa por legitimidade entre movimentos faccionais
no reinado de Juan II de Castela**

Lucas Werlang Girardi

fundamentais para a análise: o faccionalismo aristocrático, a centralidade do rei e da monarquia e, finalmente, a expressão discursiva das disputas que envolvem os dois primeiros pontos.

Política aristocrática e faccionalismo

Primeiramente, o comentário de Pérez de Guzmán estabelece a existência de uma oposição entre sujeitos e grupos, por um lado “o rei de Navarra e o infante e aqueles grandes homens que seguiam sua opinião”, fazendo referência específica, respectivamente, a Juan e a Henrique, os chamados infantes de Aragão, filhos de Fernando I e irmãos de Alfonso V, ambos monarcas deste reino; e por outro, “o condestável”, remetendo a Álvaro de Luna, que manteve este cargo durante boa parte de sua vida. Esta distinção é importante pois oportuniza uma identificação mais adequada sobre o que seriam os grupos aristocráticos em disputa mencionados até então e por que estes se organizavam de determinada forma, além de nomear alguns de seus componentes de relevo.

Para parte da historiografia que se debruçou sobre estas relações, tornou-se comum a explicação de que o período se caracterizaria pela formação de uma monarquia forte, típica da Baixa Idade Média, que seria concomitantemente construída e rivalizada pela aristocracia da época. Tal concepção se fundamenta na noção de que há uma oposição estrutural entre os interesses da monarquia e da aristocracia, perspectiva desenvolvida para o caso castelhano por Luis Suárez Fernández, que definiu o período da dinastia Trastâmara, cuja ascensão ao trono se deu em meados do século XIV, como um “vasto processo de interações entre a Monarquia, que se constrói, e a nobreza, que aspira exercer a plenitude do poder social” (SUÁREZ FERNÁNDEZ, 2005, p. 13, tradução do autor). Neste sentido, a própria nobreza, nos termos do autor, operaria por duas tendências aparentemente contraditórias, a de fortalecer o poder real, pois dali retiraria o seu próprio, mas fazendo-o sob um “caráter contratual”, buscando limitar as capacidades do rei e enredando-o em uma rede de relações com as grandes linhagens do reino (SUÁREZ FERNÁNDEZ, 2005, p. 14). Outro importante autor a consolidar a percepção sobre esta dinâmica de rivalidade foi José Ángel García de Cortázar, que ressalta como integrantes da aristocracia agiriam de acordo com princípios políticos diversos, entre aqueles que

**Produção de discursos e disputa por legitimidade entre movimentos faccionais
no reinado de Juan II de Castela**

Lucas Werlang Girardi

defendiam uma monarquia forte e “autoritária”, e os “contratualistas” – ou “pactistas” –, que atuavam para enfraquecer e distribuir o poder político monárquico (GARCÍA DE CORTÁZAR, 1988, p. 361-362; 367-368). Desta forma, ter-se-ia que as disputas entre grupos aristocráticos indicadas seriam fruto de divergências no campo da teoria política. Certamente que os dois autores mencionados apontam que a aristocracia estava preocupada com sua sobrevivência, mas, ainda assim, via de regra, estabelecem uma divisão entre os integrantes do grupo que optariam por garantir seu estatuto ou pela defesa de um fortalecimento da monarquia, ou sustentando que dever-se-ia enfraquecê-la.

Apesar de considerar a contribuição destas perspectivas, compreende-se que elas não são o suficiente para explicar a complexidade das movimentações daqueles sujeitos e grupos. Isso porque a própria noção de política adotada aqui não permite distingui-la como uma dimensão ideal e autônoma da realidade, mas como parte de uma totalidade social (WOOD, 2006, p. 33-34; 60-64). Nesse sentido, a política – e sua prática – está articulada à garantia das condições necessárias para a reprodução da vida dos sujeitos, assertiva esta que demanda explicações. Ora, tratando-se da aristocracia, tem-se um grupo que sobrevive de rendas – em diversas formas – extraídas das comunidades de cidadãos, vilões e camponeses, que produzem para sua própria subsistência (WICKHAM, 2023, p. 673-675). Entendendo que seus rendimentos também dependem do exercício de mecanismos jurisdicionais, de coerção, é necessário que esta aristocracia se organize internamente a fim de manter suas prerrogativas sobre pessoas e terras: enfim, sobre seus senhorios. As relações intrassenhoriais não são, porém, harmônicas, uma vez que, ao organizar-se, os senhores constroem laços, hierarquias e passam a disputar o controle sobre jurisdições e rendas – o que Robert Brenner denomina de “acumulação política” (BRENNER, p. 237, tradução do autor). Aqui, portanto, a política é entendida em sua associação com a manutenção da dominação e exploração social pela aristocracia, o que inclui suas formas de organização e conflitos internos.

Isso é relevante pois dialoga com outra via explicativa quanto às disputas mencionadas: o faccionalismo. Como formula José María Monsalvo Antón, a divisão da aristocracia em grupos, como observado nas fontes – onde são constantemente denominados como “bandos” ou “parcialidades” –, trata-se de um recurso político da aristocracia do período e vincula-se diretamente a interesses materiais específicos daqueles sujeitos. Nesse sentido, tratar-se-ia de uma movimentação que tinha como

**Produção de discursos e disputa por legitimidade entre movimentos faccionais
no reinado de Juan II de Castela**

Lucas Werlang Girardi

principal objetivo alcançar a acumulação senhorial, e, para isso, utilizava-se de múltiplas estratégias de articulação a fim de gerar pressões, instabilidades e colocar-se em posição de influência (MONSALVO ANTÓN, 2016; 2017). Certamente, como afirma o autor, pode-se admitir que os sujeitos possuíam princípios e posicionamentos particulares sobre o reino e tomadas de decisão em seu governo, algo que poderia gerar preferência por seguir determinados rumos ou aliar-se a certos aristocratas, mas isto não se trata do fundamento de suas movimentações (MONSALVO ANTÓN, 2016, p. 155). Como é possível observar, as facções não eram rígidas, sendo frequentes os casos em que aristocratas alternavam entre elas. Isso porque reconheciam que uma ou outra situação seria mais favorável aos seus interesses, o que não se limitaria a princípios de teoria política.

Valendo-se dessas proposições, percebe-se que a menção de Pérez de Guzmán aos infantes de Aragão e a Álvaro de Luna é relevante para o entendimento destas facções, pois identifica estes aristocratas como responsáveis por uma parte importante das articulações no reino, posição que também está associada ao sucesso destes sujeitos em alcançarem um grande acúmulo senhorial.

Centralidade da monarquia e a comunicação com o reino

Quanto ao segundo ponto, nota-se que os comentários de Pérez de Guzmán sobre a diferença de opiniões trazem um enfoque sobre a figura régia, isto é, se os aristocratas se mobilizam, é para garantir uma determinada condição para o monarca – que será discutida no próximo ponto. Apesar da figura régia sempre ter sido importante para a percepção do ordenamento da sociedade medieval, como já se constatou em diversas oportunidades na historiografia (BLOCH, 1993; BERNARDO, 1995; LE GOFF, 2017), aponta-se como a centralidade da figura régia e, especialmente da monarquia, torna-se fundamental no próprio funcionamento da dinâmica do grupo dominante e em sua capacidade para manter-se enquanto tal. Seguindo a observação de Pérez de Guzmán, pode-se perguntar por que, afinal, os infantes de Aragão e o condestável de Castela se envolveriam em disputas faccionais por algo como a “liberdade do rei”?

A tendência que parece ter se tornado predominante na historiografia medieval foi a da formação do Estado moderno, isto é, a partir do programa dirigido a princípio por Jean-Philippe Genet, na França, e por Wim Blockmans em sua extensão europeia, cujo

**Produção de discursos e disputa por legitimidade entre movimentos faccionais
no reinado de Juan II de Castela**

Lucas Werlang Girardi

objetivo era compreender o surgimento do Estado moderno nos reinos cristãos do continente europeu, em seus diversos contextos (GENET, 1997). Para este momento, interessa compreender como estas pesquisas conceberam que esta forma estatal teria se desenvolvido entre os séculos XIII e XIV, graças, entre outros motivos, aos desenvolvimentos institucionais das monarquias feudais, que se fortaleceriam frente às parcelas de poder político da aristocracia. Destaca-se, também, como um dos pontos ressaltados nesta perspectiva é o da formação, neste período, de uma relação direta entre o rei e o reino, em uma comunicação direta por meio das instituições do Estado (NIETO SORIA, 1992; FORONDA, 2005-2006). Assim, considera-se que todas as ordens do reino teriam a capacidade de participar e intervir nele (GENET, 2017).

Compreende-se que a construção de uma relação entre o rei e o reino é, de fato, um processo observável para aquele momento – ainda que, no caso, se esteja tratando de uma relação entre unidades políticas que compõe o território, como monarquia, senhorios e concelhos – mas não se considera que seja constituinte da gênese de um Estado moderno, apesar de entender que parte de iniciativas da casa régia. Como se propôs em uma produção recente, entende-se que o que ocorre em Castela, a partir do século XIV, é um direcionamento das articulações da aristocracia para as instituições monárquicas, com o intuito de valer-se deste estabelecimento da comunicação com o reino, garantindo, assim, um acesso ampliado às suas jurisdições e rendas (GIRARDI, 2023).

Seria por este motivo, portanto, que a aristocracia se empenharia em movimentar-se pela cercania do rei e influenciar a monarquia. E, novamente, o faccionalismo, anteriormente abordado, tratar-se-ia de uma dinâmica própria desta configuração política, que confere centralidade para as instituições monárquicas e tem ressonância por todo o reino.

Por essa comunicação com o reino, também, que se pode perceber o aumento da manifestação de um vocabulário específico para tratar destes assuntos do que é comum, que se poderia denominar de públicos, quanto ao governo do reino. Nesse sentido, tem-se a elaboração de algo como uma teoria política. É o que propõe autores como John Watts e Chris Wickham, que sugerem que este vocabulário faz parte de uma inserção maior dos diversos grupos do reino, formando uma “comunidade política”, que se interessaria pelo direcionamento do governo, a partir de noções como “bem comum” e “coisa pública” (WATTS, 2009; WICKHAM, 2019). É sobre este vocabulário, e, mais

**Produção de discursos e disputa por legitimidade entre movimentos faccionais
no reinado de Juan II de Castela**

Lucas Werlang Girardi

especificamente, a retórica que o dispõe de forma estratégica, que se analisará no último ponto. A partir disso, será possível considerar qual o papel deste vocabulário naquela sociedade e nas articulações daqueles que o empregavam.

Produção discursiva como estratégia aristocrática

O terceiro ponto relacionado ao enunciado de Pérez de Guzmán, e principal objetivo desta reflexão, é a motivação declarada pelos aristocratas como justificativa para suas ações: alcançar a liberdade do rei. Trata-se de um argumento constante nos discursos aristocráticos. No caso, o impulso da ação dos infantes de Aragão seria libertar não apenas a pessoa do rei – situação em que o próprio poderia entender estar, uma vez que teria a capacidade de se movimentar livremente por seus domínios – mas também seu coração, que estaria submetido ao seu condestável. O autor ainda fornece o que seria a posição do rei, antagônica à dos infantes de Aragão, de que estaria sob sua livre vontade caso eles o deixassem, isto é, sem que intervissem em seu reinado. É esta oposição de discursos que se apresenta frequentemente nas crônicas e cartas do período, opondo grupos aristocráticos e o monarca, na defesa dos próprios atos ou na acusação quanto a terceiros. E ao analisar essa sistematicidade nas fontes, como se abordará, percebe-se como o argumento de libertação do rei é parte de um arcabouço retórico mais amplo: o de serviço ao rei e ao reino, o que inclui a noção do “bem comum” e qualificações dicotômicas quanto ao bom e mau serviço, liberdade e aprisionamento do rei, o governo correto e o tirânico. Trata-se, afinal, da expressão discursiva das disputas entre facções, em que se declarava publicamente certos interesses, ainda que, em essência, outros estivessem subjacentes.

É notável como o serviço ao rei e ao reino se apresenta como um discurso central na comunicação da aristocracia, como forma de justificar suas ações, que inclusive são utilizadas para se voltar contra o próprio rei. Uma situação representativa disto é um evento que ficou conhecido como “Sequestro de Tordesilhas”, quando, em 1420, o infante Henrique e sua facção aristocrática teriam tomado forçosamente a corte de Juan II, limitando a mobilidade do rei e afastando diversos aristocratas que até então estavam em seu entorno. Ao comunicar sobre suas ações ao rei, de acordo com a *Crónica de Don Juan II de Castilla*, cuja autoria admitida é de Álvaro García de Santa Maria, Henrique

**Produção de discursos e disputa por legitimidade entre movimentos faccionais
no reinado de Juan II de Castela**

Lucas Werlang Girardi

argumentaria que “veio ali para seu serviço, e para expulsar e afastar algumas pessoas de sua casa, e coisas feias e desonestas que nela ocorria, que não cumpriam a seu serviço, e para tirá-lo da sujeição em que estava” (GARCÍA DE SANTA MARIA, 1891, p. 87-88, tradução do autor). Note-se que, diferente do que se observou no excerto de Pérez de Guzmán, neste ponto a divisão faccional se organizava entre os infantes Juan e Henrique, e, portanto, este estaria acusando parte da aristocracia – próxima de seu irmão – de estar subjugando o rei e atuando em seu desserviço. Ora, considerando a preocupação de Henrique com a situação como genuína, de fato, tornar-se-ia imperioso que ele tomasse aquele espaço, a fim de servir corretamente ao monarca.

Entretanto, a temática não se esgota neste ato inicial de Henrique. Na sequência deste episódio, a crônica do período relata que Juan II consegue se evadir de Tordesilhas e opta por se abrigar no castelo de Montalbán, sendo, ato contínuo, alvo de um cerco realizado pela facção de Henrique. Durante as negociações para a resolução das tensões, há um embate de versões sobre a situação na qual encontrava-se o rei. O mensageiro enviado pela parte em que se encontrava o monarca teria comunicado que “ele veio ao castelo de Montalbán para ser livre e estar em seu livre arbítrio” (ANÔNIMO, 1946, p. 42, tradução do autor), enquanto a réplica seria de que “via bem que não veio nem estava por sua vontade própria, mas por indução de alguns dos que estavam com ele sem boas intenções, nem que cumpria a seu serviço” (GARCÍA DE SANTA MARIA, 1891, p. 157, tradução do autor). A troca é relatada de forma similar em três das crônicas analisadas, das quais optou-se por citar a *Refundición de la Crónica del Halconero*, sem autoria reconhecida, e a de García de Santa Maria, anteriormente citada. Percebe-se que as duas posições relatadas pelos textos buscam se associar à liberdade do rei e, em contrapartida, atrelar o outro lado à sua manipulação e aprisionamento. Por estes exemplos, tem-se, portanto, uma possível disputa discursiva pela própria agência do monarca, em que, por um lado, se afirmava que o rei estaria em sua livre vontade, e por outro, que era manipulado a declarar que era livre.

Cabe recordar que este não é um caso particular, e a mesma situação de tensionamento quanto à situação do rei, sobre a própria palavra deste, teria ocorrido pouco tempo antes, quando o monarca ainda estava com a facção de Henrique. Em uma das crônicas, conta-se que, ao receber a visita de embaixadores da facção do infante Juan na corte, “o rei respondeu em breves palavras que dissessem aos infantes e aos outros que

**Produção de discursos e disputa por legitimidade entre movimentos faccionais
no reinado de Juan II de Castela**

Lucas Werlang Girardi

estavam em Olmedo, que ele estava em sua liberdade e ao seu arbítrio, e que nada demais foi feito a ele, nem contra sua vontade” (GARCÍA DE SANTA MARIA, 1891, p. 118, tradução do autor). Isto é, mesmo nesta situação, que se costuma tratar como de apoderamento do monarca por Henrique, é informado que o rei considerava estar em liberdade, a partir de uma crônica que não demonstra qualquer afinidade pelo infante em questão. Portanto, seja quando esteve próximo de Henrique, seja afastado dele, em Montalbán, o rei teria declarado estar sob sua livre vontade. Certamente é possível supor que o rei poderia ser induzido ou ameaçado para se manifestar em uma ou outra situação, porém, conhecer a verdadeira posição do rei não é o que importa para este estudo, mas entender como estes discursos poderiam ser manipulados e favorecer as facções em disputa.

Ainda pode-se apontar outro exemplo relacionado ao mesmo acontecimento de 1420, qual seja, o relato do cronista da *Crónica de don Álvaro de Luna*, que se supõe ser Gonzalo Chacón, cuja reflexão sobre a situação de conflito entre facções emprega a mesma retórica até então abordada, mas por um texto que parte de uma reflexão direta do narrador:

E se a parte do rei de Navarra vencesse, seria tirar o rei de uma prisão e colocá-lo em outra; se fosse vencido pelo infante dom Henrique, que tinha o rei, isso prolongaria a prisão do rei e daria grande desonra à sua coroa e condição real, e grande escândalo para seus reinos (CHACÓN, 1940, p. 39, tradução do autor).

Assim, na perspectiva deste cronista, independente da facção vencedora, do infante Henrique ou de Juan, o rei permaneceria aprisionado. Considerando determinadas características da obra e de sua autoria, é provável ela tenha sido produzida algum tempo após o fim do reinado de Juan II, e seu projeto cronístico, de elogio e homenagem à figura de Álvaro de Luna, é evidente por sua escrita. Assim, compreende-se que, uma vez que o autor detém o conhecimento de todo o transcorrer dos acontecimentos do período, no trecho destacado, ele constrói uma narrativa em que a única solução para a liberdade do rei estaria em Álvaro de Luna. Não se avalia este aspecto como uma limitação, pelo contrário, ele parece confirmar a necessidade do cronista em propor e consolidar uma determinada memória sobre aqueles sujeitos, e que isto é feito a partir de uma retórica corrente e que confere legitimidade a eles.

**Produção de discursos e disputa por legitimidade entre movimentos faccionais
no reinado de Juan II de Castela**

Lucas Werlang Girardi

A questão da legitimidade é um ponto chave ao tratar destes discursos, pois não bastaria que um aristocrata realizasse algum movimento sob determinados princípios, estes também tinham que ser reconhecidos e publicizados. Se é possível afirmar que um ou outro sujeito queria libertar ou aprisionar o rei, isso ocorre pois houve sucesso em difundir tal discurso. E essa difusão, por sua vez, para além dos registros cronísticos, se daria por meios de se comunicar com as unidades políticas do reino e seus representantes, como o envio de embaixadas, cartas e convocação de Cortes – reuniões de caráter consultivo com representantes da aristocracia e dos concelhos.

A importância das Cortes é evidente enquanto forma de comunicação com o reino, e se apresenta como um instrumento de relevo para a monarquia, pois é prerrogativa desta a sua convocação, e a partir dela pode-se auferir legitimidade para determinados atos. Um bom exemplo, para permanecer em território conhecido, está no evento do “Sequestro de Tordesilhas”. Pouco após tomar a corte de Juan II, o infante Henrique teria aproveitado de sua posição de influência para convocar os concelhos do reino e legitimar sua ação. E apesar do relato da crônica de García de Santa Maria apontar a situação como um ardil e que a assembleia não contaria com parte considerável de seus integrantes, de qualquer forma a tentativa é registrada, assim como se toma conhecimento de que Henrique teve sucesso em aprovar que seu movimento fora necessário para reparar danos ao reino (GARCÍA DE SANTA MARIA, 1891, p. 129-131).

A outra opção, as cartas, seria constantemente utilizada, tanto por facções próximas quanto distantes da monarquia. Cabe notar que as correspondências em questão não eram mensagens particulares, mas abertas, com o objetivo de fazer circular informação (CONSTABLE, 1976, p. 11). É comum que as crônicas informem que um sujeito ou grupo aristocrático teria enviado suas cartas para diversos concelhos do reino, o que significa não se tratar de simples demandas a serem atendidas, mas um recado ao reino.

Enquanto instrumento efetivo de persuasão, exemplifica-se com um episódio, de 1429, em que Juan II teria enviado cartas para todo o reino, na iminência de um conflito aberto contra o reino de Aragão, ordenando que ninguém recebesse correspondências do rei e dos infantes daquele reino, temendo a perda de apoios (GARCÍA DE SANTA MARIA, 1891, p. 47). Em outra oportunidade, no ano de 1441, o próprio monarca castelhano teria encaminhado cartas ao reino, para relatar sobre os males causados pelos

**Produção de discursos e disputa por legitimidade entre movimentos faccionais
no reinado de Juan II de Castela**

Lucas Werlang Girardi

infantes de Aragão durante os anos anteriores, com o objetivo de repelir possíveis aliados à causa deles (CARRILLO DE HUETE; BARRIENTOS, 2006, p. 373-377).

Nesse sentido, pode-se retornar à citação inicial de Pérez de Guzmán, pois ela permite acessar um caso reconhecido e bem-sucedido de atrelar um determinado discurso à memória de um sujeito. Trata-se de Álvaro de Luna, que, na citação, é o motivo das preocupações dos infantes de Aragão, pois teria controle sobre as ações do monarca. Com efeito, em seu retrato sobre o condestável, Pérez de Guzmán estaria apenas repetindo – e conscientemente perpetuando – algo que está presente nas crônicas e correspondências da época: que o condestável seria um homem ganancioso, que se apoderou do rei e governaria o reino em seu lugar. Como aponta a descrição de Álvaro de Luna, feita pelo autor, “Foi extremamente ganancioso quanto a vassallos e tesouros, (...) assim, nunca perdeu o desejo de ganhar e ter mais, nunca se satisfazendo de sua ganância insaciável” (PÉREZ DE GUZMÁN, 1998, p. 182-183, tradução do autor). E ao construir essa imagem, inclusive como forma de procurar explicações, também buscou associar o rei a certas características:

a principal virtude do rei, depois da fé, é ser dedicado e diligente no governo e ao reger seu reino. (...) Este rei foi privado e debilitado desta virtude, que tendo todas as graças ditas, nunca por uma hora sequer quis entender ou dedicar-se no governo do reino, (...) Tanta foi a negligência e inação no governo do reino, entregando-se a outros feitos mais prazerosos e deleitáveis do que úteis ou honrosos (PÉREZ DE GUZMÁN, 1998, p. 168, tradução do autor).

Aqui, o monarca é entendido como entregue aos deleites, desinteressado e negligente quanto ao governo do reino, motivo pelo qual deixaria o exercício do poder para seu condestável, Álvaro de Luna. Entretanto, ressalta-se que são os discursos sobre este que aparecem de forma mais numerosa nas fontes, como se verá.

Uma das primeiras menções a Álvaro de Luna, de maneira acusatória, encontra-se em uma correspondência de Alfonso V, rei de Aragão, para um aristocrata castelhano, em 1425. Para ele, o condestável:

procurou encontrar divisões e discórdias de formas inusitadas entre os ditos infantes; e notavelmente procurou separá-los do amor do referido rei; nosso primo, para que o dito Álvaro, mais livre e tiranicamente, pudesse ocupar o regimento e governo da pessoa do dito rei e de seus reinos (BONILLA; FITA, 1913, p. 2-3, tradução do autor).

Aqui, o monarca descreve como Álvaro de Luna teria criado empecilhos para a relação entre os infantes de Aragão, e destes com o rei castelhano, responsabilizando-o

**Produção de discursos e disputa por legitimidade entre movimentos faccionais
no reinado de Juan II de Castela**

Lucas Werlang Girardi

pelas contendas ocorridas no reino no período, a fim de manter seu controle sobre o rei. Ressalta-se, porém, a caracterização das ações do condestável como “tirânicas”.

Apesar da acusação de tirania não ser uma novidade, tendo sido desenvolvida e associada a outros personagens e reis anteriores, esta característica tornou-se muito vinculada à imagem de Álvaro de Luna, como demonstra a historiografia que abordou o tema (MONSALVO ANTÓN, 2017; NIETO SORIA, 2017). Como indicado, pode-se considerar que isto é consequência de um projeto discursivo exitoso dos opositores do condestável, para associá-lo a uma imagem negativa, fazendo-o perder apoios nas articulações aristocráticas e legitimando aqueles que lhe eram contrários.

Como exemplo, pode-se levantar dois casos, onde se percebe que a ideia inicial, observada na carta de Alfonso V de Aragão, é retomada e ampliada em momentos de novas contendas: uma carta escrita em 1440 e outra em 1449, ambas transcritas diretamente pelos autores da *Crónica del Halconero*, Pero Carrillo de Huete e Lope de Barrientos, cujas escritas prezaram por esta forma de registro.

Quanto ao primeiro caso, no contexto da chamada guerra civil castelhana, em um ano em que a posição do condestável está enfraquecida, os infantes de Aragão e sua facção expedem uma longa carta apontando diversas atitudes reprováveis do condestável durante todo o período de reinado de Juan II, acusando-o de uma série de crimes. Porém, o fundamento da longa carta trata-se de uma teorização sobre o que é e o que faz um tirano. Tendo iniciado a argumentação indicando que há “duas maneiras de governar e comandar pessoas, uma natural, correta e boa, a outra tirânica e prejudicial” (CARRILLO DE HUETE; BARRIENTOS, 2006, p. 320, tradução do autor), eles passam a buscar demonstrar como o condestável agiria dentro da segunda maneira, “usurpando vosso poder real” (CARRILLO DE HUETE; BARRIENTOS, 2006, p. 320, tradução do autor), a partir de uma lista com onze pontos, apontando seus vícios. A maioria destes pontos indica a cobiça de Álvaro de Luna e o prejuízo que causaria ao “bem comum”: “O segundo, que todas as leis e ordenanças que faz, delibera para seu proveito singular, e dano de todo o povo”; “O quarto, que tanto é o seu fervor em ter para si lucros desordenados, que não acata nem cuida do bem comum” (CARRILLO DE HUETE; BARRIENTOS, 2006, p. 322, tradução do autor). Atrela-se, portanto, a característica da cobiça com a tirania, e isto ao prejuízo do bem comum do reino.

**Produção de discursos e disputa por legitimidade entre movimentos faccionais
no reinado de Juan II de Castela**

Lucas Werlang Girardi

A segunda carta, de 1449, parte do contexto de uma rebelião da cidade de Toledo contra Juan II, aparentemente motivada por contendas com Álvaro de Luna em relação à cobrança de tributos. Assinada pelo alcaide maior da cidade, Pero Sarmiento, vê-se a repetição da fórmula já observada:

A qual bem sabe em como há mais de trinta anos que dom Álvaro de Luna, vosso condestável, tiranicamente, dissipou e devastou, usurpou e devasta a cada dia vosso reino e senhorio, tomando para si o governo destes, a glória e a potência de vossa coroa, que somente à vossa realeza pertencem (CARRILLO DE HUETE; BARRIENTOS, 2006, p. 521, tradução do autor)

A repetição da retórica sobre Álvaro de Luna em fontes que vão desde 1425, repetindo-se quinze anos depois, em 1440, e depois, em 1449, para considerar apenas aquelas indicadas aqui, são um indício sólido de que os discursos dos infantes de Aragão foram bem-sucedidos em construir uma imagem negativa do condestável perante o reino, associando-o à tirania e opondo-o ao bem comum. O retrato deste personagem, na obra de Pérez de Guzmán, como indicado, também demonstra a persistência desta memória. Ademais, a própria crônica escrita em homenagem ao condestável, a *Crônica de don Álvaro de Luna*, demonstra como esse discurso teve força, ao buscar, ao longo de sua obra, construir uma imagem completamente contrária àquela construída pelos detratores do condestável, declarando repetidas vezes a abnegação do aristocrata, indicando que este sempre estaria a serviço do rei, sem esperar nada em troca. Quanto a isso, os exemplos seriam muitos para citar. É marcante, porém, que logo no início da crônica, se busca estabelecer que o condestável “nunca foi inclinado por cobiça” (CHACÓN, 1940, p. 24, tradução do autor).

Por fim, na própria descrição da morte de Álvaro de Luna, decapitado após perder sua influência sobre as articulações da aristocracia castelhana, seu cronista lamenta a sentença que foi proferida. E apesar de apenas parafraseá-la, informa, pesarosamente, que a acusação contra ele teria sido de que “estava apoderado da pessoa do rei” (CHACÓN, 1940, p. 431, tradução do autor). Ora, se este foi o caso, é notável que o motivo para sua condenação tenha sido uma acusação produzida ao longo de todo o reinado de Juan II, e diversas vezes rejeitada por este.

A figura do condestável provavelmente é a mais acessível para pensar na transmissão destes discursos no reino, pois foi um aristocrata destacado quanto à sua capacidade de se aproximar da monarquia, com sua facção, durante longo período. Mas

**Produção de discursos e disputa por legitimidade entre movimentos faccionais
no reinado de Juan II de Castela**

Lucas Werlang Girardi

se, por um lado, a tirania e cobiça foram características atreladas a Álvaro de Luna, por outro, a retórica que envolve o serviço ao rei e ao reino, a prisão e liberdade da pessoa real e o bem comum, como justificativas para a ação, seriam mobilizadas de forma generalizada, como estratégia, pela aristocracia do período.

Considerações finais

Assim, a partir do levantamento e observações relacionadas aos discursos produzidos pelos sujeitos e grupos que interagem na política da monarquia e do reino, foi possível perceber a existência de um vocabulário comum, manuseado de forma generalizada, em uma retórica constante, relativa ao serviço do rei e do reino. Da mesma forma, buscou-se apresentar sob quais fundamentos estas práticas discursivas foram analisadas e, neste sentido, perceber como estão inseridas em um contexto específico de articulações aristocráticas, que envolvem a organização do faccionalismo e a centralidade da monarquia para garantir a manutenção de sua dominação social.

Também foi possível estabelecer como esta retórica era apresentada pelos próprios sujeitos como sua motivação para tomar determinadas atitudes, e que isto, por vezes, foi assumido pela historiografia como suficiente para definir como e por que aqueles movimentos ocorriam. Assim, a aristocracia estaria se movendo por certos princípios relacionados à monarquia e à forma de governar o reino. Da mesma forma, a presença deste vocabulário também foi tratada como indício para considerar uma transformação na sociedade, que estaria se tornando mais participativa e preocupada com os rumos do governo, como uma “comunidade política” integrada.

Por certo que as análises aqui expostas não rejeitam de todo estas conclusões. Não se descarta a importância de princípios políticos para orientar preferências de aristocratas e suas famílias, assim como há concordância quanto às transformações sociais que levam a uma comunicação do rei com o reino. Entretanto, considera-se que estas mudanças na sociedade ainda estão vinculadas a uma lógica senhorial, que necessitou se reconfigurar para continuar existindo. Desta forma, avalia-se que o aumento do uso de certos termos trata-se da apropriação e instrumentalização de uma retórica renovada – que já estava presente em obras da tradição greco-romana e discutida por teólogos como Tomás de Aquino (MONSALVO ANTÓN, 2017, p. 140) – por parte da aristocracia, para fazer valer

**Produção de discursos e disputa por legitimidade entre movimentos faccionais
no reinado de Juan II de Castela**

Lucas Werlang Girardi

seus interesses senhoriais. Nesse sentido, a posição assumida aqui se afasta da ideia de uma teoria política elaborada sob uma perspectiva de consenso sobre, como resultado de uma maior representatividade dos grupos do reino em sua condução. Entende-se, por outro lado, que essas práticas discursivas estão relacionadas à manutenção da dominação social, à legitimação de articulações aristocráticas e promoção de interesses senhoriais.

Como observado, tal retórica é mobilizada pela aristocracia por diversos meios, desde as embaixadas, cartas e reuniões, até a produção cronística, e os exemplos apresentados permitiram perceber como seria prática habitual que os sujeitos, ao realizarem alguma ação no reino, também divulgassem suas motivações para fazê-lo. Isto é, no próprio ato de organizar a aristocracia em torno de interesses materiais comuns, era necessário envolver-se de legitimidade, difundindo discursos ao reino como forma de persuadi-lo para sua causa. Enfim, o sucesso nesta empreitada significava garantir apoios para sua facção e enfraquecer opositores, sendo, portanto, um componente fundamental das estratégias faccionais para exercer influência sobre a monarquia.

Fontes:

ANÓNIMO. **Refundición de la Crónica del Halconero**, ed. Juan de Mata Carriazo. Madrid: Espasa-Calpe, 1946.

BONILLA, Adolfo; FITA, Fidel. **Memorias de Don Enrique IV de Castilla** – Tomo II. Madrid: Real Academia de la Historia, 1913. Núm. I, p. 1-5.

CARRILLO DE HUETE, Pero; BARRIENTOS, Lope de. **Crónica del Halconero de Juan II**, ed. Juan de Mata Carriazo. Granada: Editorial Universidad de Granada, 2006.

CHACÓN, Gonzalo. **Crónica de Don Álvaro de Luna**, ed. Juan de Mata Carriazo. Madrid: Espasa-Calpe, 1940.

GARCÍA DE SANTA MARIA, Álvaro. **Crónica de don Juan II de Castilla**. (1420-1434). Real Academia de la Historia. Madrid: Imprenta de Rafael Marco y Viñas, 1891.

CODOIN. Tomo XCIX-C.

PÉREZ DE GUZMÁN, Fernán. **Generaciones y semblanzas**, ed. José Antonio Barrio. Madrid: Cátedra, 1998.

Referências

BERNARDO, J. **Poder e Dinheiro**. Do Poder Pessoal ao Estado Impessoal no Regime Senhorial, Séculos V-XV – Parte I. Porto: Edições Afrontamento, 1995.

Perspectivas e Diálogos: Revista de História Social e Práticas de Ensino

ISSN 2595-6361

vol. 7, n. 13, 2024, páginas 174-191

**Produção de discursos e disputa por legitimidade entre movimentos faccionais
no reinado de Juan II de Castela**

Lucas Werlang Girardi

BLOCH, M. **Os reis taumaturgos**: O caráter sobrenatural do poder régio, França e Inglaterra [Tradução de Júlia Mainardi]. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

BRENNER, Robert. The Agrarian Roots of European Capitalism. In: ASTON, T. H.; PHILPIN, C. H. E. (eds.). **The Brenner Debate**. Agrarian Class Structure and Economic development in Pre-Industrial Europe. New York: Cambridge University Press, 2002.

CONSTABLE, Giles. Definition of the genre. In: **Letters and letter-collections**. Turnhout: Brepols, 1976. p. 11-25.

FENTRESS, James; WICKHAM, Chris. Medieval Memories. In: **Social Memory**. Oxford; Cambridge: Blackwell, 1992. p. 144-172.

FORONDA, François. Sociedad política, propaganda monárquica y “regimen” en la Castilla del siglo XIII. En torno al “Libro de los Doze Sabios”. **EDAD MEDIA**. Revista de Historia, 7, p. 13-36, 2005-2006.

GARCÍA DE CORTAZAR, José Ángel. **Historia de España**. La época medieval. Madrid: Alianza Editorial, 1988.

GENET, Jean-Philippe. Estado [Tradução de Daniel Valle Ribeiro]. In: LE GOFF, Jacques; SCHMITT, Jean-Claude. **Dicionário analítico do Ocidente medieval**: volume 1 [Coord. da tradução de Hilário Franco Júnior]. São Paulo: Editora Unesp, 2017. p. 444-458.

GENET, Jean-Philippe. La genèse de l'État Moderne. In: **Actes de la recherche en sciences sociales**. Vol. 118, p. 3-18, jun. 1997. p. 3-18.

GIRARDI, Lucas Werlang. Dinâmica de corte e festividades da aristocracia castelhana no reinado de Juan II (1406-1454). 2023. 323 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2023.

LE GOFF, J. Rei [Tradução de Daniel Valle Ribeiro]. In: LE GOFF, Jacques; SCHMITT, Jean-Claude. **Dicionário analítico do Ocidente medieval**: volume 2 [Coord. da tradução de Hilário Franco Júnior]. São Paulo: Editora Unesp, 2017. p. 441-464.

MONSALVO ANTÓN, José María. El conflicto ‘nobleza frente a monarquía’ en el contexto de las transformaciones del estado en la Castilla Trastámara. Reflexiones críticas. In: JARA FUENTE, José Antonio. (coord.). **Discurso político y relaciones de poder**: Ciudad, nobleza y monarquía en la Baja Edad Media. Madrid: Editorial Dykinson, 2017. p. 89-290.

MONSALVO ANTÓN, José María. Relaciones entre nobleza y monarquía en el siglo XV: faccionalismo y acción política de los Álvarez de Toledo (Casa de Alba). **Studia Historica**: Historia medieval, n. 34, p. 149-185, 2016.

Perspectivas e Diálogos: Revista de História Social e Práticas de Ensino

ISSN 2595-6361

vol. 7, n. 13, 2024, páginas 174-191

190

**Produção de discursos e disputa por legitimidade entre movimentos faccionais
no reinado de Juan II de Castela**

Lucas Werlang Girardi

NIETO SORIA, José Manuel. Álvaro de Luna tirano. Opinión pública y conflicto político en la Castilla del siglo XV. **Imago Temporis**. Medium Aevum, XI, p. 488-507, 2017.

NIETO SORIA, José Manuel. Del rey oculto al rey exhibido: un síntoma de las transformaciones políticas en la Castilla bajomedieval. **Medievalismo**: Boletín de la Sociedad Española de Estudios Medievales, n. 2, p. 5-27, 1992.

SPIEGEL, Gabrielle. History, Historicism, and the Social Logic of the Text. In: **The Past as Text**. The Theory and Practice of Medieval Historiography. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 1997. p. 3-28.

SUÁREZ FERNÁNDEZ, Luis. **Nobleza y Monarquía**: Entendimiento y rivalidad. Proceso de la construcción de la Corona española. Madrid: La Esfera de los Libros, 2005.

WATTS, John. **The Making of Politics**. Europe, 1300-1500. New York: Cambridge University Press, 2009.

WICKHAM, C. **Europa medieval** [Tradução de Marian Toldy e Teresa Toldy]. Lisboa: Edições 70, 2019.

WICKHAM, Chris. The Internal Logic of Feudal Economies. In: **The Donkey and the Boat**. Reinterpreting the Mediterranean Economy, 950-1180. Oxford: Oxford University Press, 2023. p. 663-688.

WOOD, Ellen Meiksins. **Democracia contra capitalismo**: a renovação do materialismo histórico [Tradução de Paulo Cezar Castanheira]. São Paulo: Boitempo Editorial, 2006.

Informações dos autores

Lucas Werlang Girardi. Doutor em História pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Professor substituto do Departamento de História da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB).

Contribuição de autoria: autor.

Lattes: <https://lattes.cnpq.br/8345195797971094>

COMO CITAR ESTE ARTIGO

GIRARDI, Lucas Werlang. Produção de discursos e disputa por legitimidade entre movimentos faccionais no reinado de Juan II de Castela. **Perspectivas e Diálogos**: Revista de História Social e Práticas de Ensino, Caetité, vol. 7, n. 13, 2024, p. 174-191.